

## **POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL**

**SILVA, Khetlen .<sup>1</sup>**  
**BOEIRA, Adriana.<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

A pobreza é uma situação social e econômica que atinge milhares de pessoas caracterizada por uma carência marcada na satisfação das necessidades básicas. Desta maneira, o presente central desse trabalho é desenvolver uma análise crítica sobre o programa Bolsa Família (PBF) o qual foi criado pelo governo para erradicar a pobreza. Importa nesse sentido ampliar o conhecimento sobre a pobreza e junto avaliar quais critérios utilizados pelo Governo proporcionou melhorias na “extrema pobreza” que cerca milhares de brasileiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pobreza, Exclusão Social, Bolsa Família.

### **1 INTRODUÇÃO**

O Brasil é estatisticamente conhecido como um país de maior desigualdade social enfrentando problemas de não ter uma oportunidade justa de acesso à saúde, educação de qualidade e principalmente por um salário mínimo não oportunizar que o brasileiro tenha uma vida adequada sem passar necessidades.

Sobre esses aspectos o Governo beneficiou mais um programa social com o intuito de amenizar pobreza extrema, chamado Bolsa Família, o qual consiste esse trabalho em abranger se seus objetivos foram concretizados. Ainda, com o objetivo de informar o público que o afeta e a importância do programa (BF).

### **2 A POBREZA E SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES**

A pobreza além de ser dolorosa, continua marcando os rostos de várias idades que vivem em condições precárias. O pobre é visto na sociedade de forma preconceituosa por pessoas que tem

---

<sup>2</sup>Acadêmica, curso de direito do centro universitário FAG Email: khetlen\_caroline@hotmail.com

<sup>2</sup>Docente orientador do centro universitário FAG Email: adrianasilva@fag.edu.br



uma condição de vida melhor. Por esse motivo acaba surgindo a exclusão, resultando para aqueles que por falta de necessidades básicas como habilitação, saúde, alimento e educação sofrem uma grave diminuição de direitos humanos dentro da cidadania levando a não usufruírem de um mínimo de recursos o qual tem direito.

Coexistem a exclusão como a marginalidade, o desemprego e a descriminalização, por outro lado é apenas mais um motivo para serem privados de recursos materiais e sociais. Dessa maneira, também se faz necessário dotar os pobres de capacidade suficiente para obterem os recursos que precisam e esse é o verdadeiro desafio (FREITAS, 2010).

Pode-se salientar que os geralmente excluídos pela sociedade são os de culturas e religiões diferentes. Como exemplo tem os negros, índios, pobres, portadores de deficiência, entre outros.

No Brasil a exclusão está longe de ser resolvida, com tantas desigualdades, nosso país tem apresentado diversos casos de exclusão. Por outro lado, pode-se comemorar os pontos de desenvolvimento de projetos sociais envolvendo tema de cultura, sexualidade e ética. O reconhecimento segue alienada com o objetivo de criar cidadãos conscientes de suas ações. Nesse ínterim vários programas sociais foram desenvolvidos no intuito de oferecer uma condição a todos, um deles sendo abordado logo em frente chamado programa Bolsa Família (PBF), o qual foi criado para combater a pobreza.

Há graus de pobreza, ou seja, a extrema pobreza são constituídas por famílias que não conseguem satisfazer as suas necessidades para sobreviver, já a pobreza moderada são as que as necessidades básicas são satisfeitas no limite inferior, e por último as relativas que a situação é inferior a um rendimento médio. Segundo Freitas (2010) a concepção pobreza absoluta entende a natureza da pobreza como associada à não satisfação de um conjunto de necessidades básicas, e por tanto na ideia base de subsistência. Nessa mesma linha argumentativa coloca-se relacionada ao não atendimento das necessidades mínimas para reprodução biológica (SILVA, 2009, p.157).

Em síntese, entende-se que a pobreza pode ser vista como carência material, à insuficiência de rendimentos, vinculada apenas as necessidades mais imediatas de sobrevivência como: alimentação, vestuário, moradia, etc. Dito de outro modo seria uma visão mais ampla do fenômeno para além de uma carência apenas em termos monetários, pois englobaria a carência social, que marca uma desigualdade e exclusão social, em razão da falta de uma participação de bens e serviços socialmente produzidos.



## 2.1 ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO BRASIL E O PROGRAMA SOCIAL

Grande parte dos estudos de pobreza enfrentados no Brasil relacionam à renda per capita familiar, utilizada para identificar as linhas de pobreza ou extrema pobreza. No Brasil, a pobreza equivale à renda familiar per capita de meio salário mínimo e Linha de Indigência à renda familiar per capita de um quarto do salário mínimo. Dessa forma, observa-se que as políticas de enfrentamento à pobreza quase sempre foram dissociadas da esfera econômica, onde está a sua origem.

Os trabalhadores mesmo possuindo um salário não consegue suprir suas necessidades para sobreviver.

[...] ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção, não tendo alternativa de sobrevivência senão vender a sua força de trabalho sob a forma de assalariamento. (ANTUNES, 2002, p. 109)

Uma vez que se trata de uma análise comparativa, sabemos que a razoável posição relativa do Brasil pode ser atribuída à natureza concentradora da distribuição de renda mundial. O Brasil não é um país rico, mas comparado a outros em situação de desenvolvimento é um dos que mais possui condição de radicalizar a pobreza.

Segundo Barros, (2001, p.6)

Essa comparação revela, com extrema clareza, que o grau de pobreza no Brasil é significativamente superior à média dos países com renda per capita similar à brasileira, sugerindo a relevância da má distribuição dos recursos para explicar a intensidade da pobreza nacional.

Pode-se definir uma norma internacional que imputaria um valor previsto de somente 8% de pobres para países com a renda per capita equivalente à brasileira (BARROS, 2001).

Os recursos disponíveis para tirar a população de condições precárias são insuficientes.

“No entanto, podemos fazer um exercício de construção de um estado da natureza hipotético em que estimemos o volume de recursos necessários para erradicar a indigência e a pobreza” (BARROS, 2001, p.8)



As políticas de enfrentamento da pobreza têm os principais programas sociais como benefício da prestação continuada, e o Programa Bolsa Família utilizam esse referencial como critério de inclusão das famílias. Nesse sentido, os parâmetros estão relacionados aos mínimos

sociais de sobrevivência, tendo em vista que, para a pobreza e extrema pobreza estão relacionados à cesta básica de alimentos simplificada (metodologia utilizada pelo IBGE) Que conforme destaca Pochmann (2010) “o Brasil passou a demonstrar importantes sinais de transição do neoliberalismo para o modelo social-desenvolvimentista”.

O eixo central do programa Bolsa família é articulado à possibilidade de acesso a serviços sociais nas áreas de educação, saúde, trabalho, assim diminuindo o nível de pobreza.

Segundo Freitas, (2010, p.25)

Os principais objetivos metodológicos deste programa baseiam-se em três pontos fundamentais: promoção de projetos especiais no combate à pobreza, face a situações humanas inaceitáveis; coordenação de atividades dos diferentes departamentos e entidades envolvidas neste combate, incluindo diversas iniciativas particulares e a troca de conhecimentos e avaliação das ações empreendidas.

Nesse sentido o PBF, também surgiu com meta de vincular a transferência de renda à permanência da criança e adolescente na escola, com objetivo de combater a evasão e estimular a progressão escolar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, fazendo assim que do ensino fundamental vá para o ensino médio.

Para CORRÊA (2012, p. 08), o acesso à escola, já foi conquistado, o grande desafio é o de garantir a permanência da criança e do adolescente nos bancos escolares até concluir seus estudos e também até que tenha a possibilidade de subsidiar o seu sucesso na “escola” e na “vida”.

Já na saúde em que as condicionalidades dizem respeito ao acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos de idade, fazendo assim a realização de pré-natal e puerpério para gestantes e participação em atividades educativas sobre aleitamento e alimentação saudável.

Os resultados obtidos pelo programa foram positivos tendo em vista que em relação a superação da extrema pobreza e desigualdade social 36 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza, em relação a educação 16 milhões de crianças e adolescentes se mantêm na escola. Destaca CARTA CAPITAL, 2014 “No ensino médio, a taxa de abandono dos beneficiários do Bolsa Família é de 7,4% ante a dos não-beneficiários de 11,3%. No ensino fundamental, a taxa de



abandono foi de 2,8% para os beneficiários do programa, enquanto a dos não-beneficiários era de 3,2%”.

Ou seja, além do programa beneficiar que adolescentes frequentem a escola também apresentam melhorias enquanto ao seu desenvolvimento.

Em relação a saúde entre 2005 e 2009, a cobertura de vacinação entre as famílias beneficiárias passou de 79% para 82%. As mulheres grávidas beneficiárias têm 1.6 consulta a mais do que as mulheres não beneficiárias na mesma condição (CARTA PECAPITAR, 2014).

Houve também redução da mortalidade infantil entre zero e seis anos em 58% por causas relacionadas à desnutrição e diminuição das doenças infecciosas relacionadas à desnutrição e à diarreia, além do aumento da porcentagem de crianças de até seis meses alimentadas exclusivamente pela amamentação (CARTA PECAPITAR, 2014).

Conclui-se que, o Programa Bolsa Família teve seus pontos positivos e ajudou tirar milhares de pessoas da miséria, mas o Governo deve proporcionar soluções para qualificar outras pessoas que continuam nessa precariedade.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Levando em consideração dos autores da aplicabilidade do assunto “Pobreza e Exclusão Social” partimos do pressuposto que a pobreza é elevada por grande parte da população, além de ser um problema longe de ser radicalizado por falta de retorno do governo.

A pobreza no Brasil tem um histórico enorme, principalmente se tratando de desigualdade social, atingindo milhares de pessoas por não tem um salário que proporciona uma vida boa e um sustento necessário que precisam para se alimentar, vestir e ter uma boa moradia.

O tema escolhido é um assunto muito importante a ser debatido e não esquecido pela população por ser um problema multidimensional, associa-se a este conceito à falta de infraestrutura; a educação; acesso a saúde.

Embora a questão da pobreza no Brasil tem ganhado centralidade no contexto governamental, os programas de transferência de renda para amenizar as estratégias voltadas para seu enfrentamento não são capazes de resolver essa problemática por inteiro. Até 2025 o governo



conseguiria acabar com a miséria fazendo mudanças de estruturas que causam a pobreza, investindo em políticas públicas, básicas, efetivas e outras milhões de possibilidades, mas para que isso ocorra precisa-se de esforço e vontade para a mudança.

Finalmente, o presente resumo expandido visa tornar-se mais uma contribuição para os estudiosos da pobreza, com informações importantes para o conhecimento e desenvolvimento de outros trabalhos acadêmicos.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p.632-636, Out/ Dez. 2010.

BARROS, Ricardo.P. **A estabilidade inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil**, Rio de Janeiro, 2001. p.8

CAPITAL, Carta **-Bolsa Família: 11 anos e 11 conquistas 2014**. Disponível em:  
<<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsa-familia-11-anos-e-11-conquistas-4636.html>  
Acesso em: 07 jun. 2018

CORRÊA, Juciani Severo. **As Contribuições do Programa Bolsa Família: Inclusão e Permanência Escolar**.IXAnped Sul UNIFRA –2012.p.14 Disponível em:<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2238/152>>. Acesso em: 05 jun. 2018

FREITAS, M.C.F. **Pobreza e exclusão social**. Coimbra, 2010. p. 3-7.

POCHMANN, Márcio. Estrutura Social no Brasil: mudanças recentes, **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 104, 637-649, out.-dez. 2010.

SILVA, Maria O.S. **Desigualdade, pobreza e programas de transferência de renda na América latina**. Editorial. São Luís. Revista de Políticas Públicas.V.13. n.2. p. 157 a 159. jul./dez. 2009.